

1 Introdução

1.1. O Problema de Pesquisa

O caráter reflexivo da modernidade, entendido como a “dinâmica de informação renovada a todas as esferas da vida coletiva” (Fridman, 2000, p.3), traz consigo mudanças significativas às relações entre indivíduos, corporações e os ambientes natural, social, político, entre outros. A fluidez dos limites entre as esferas política e econômica, o enfraquecimento do Estado e a situação limítrofe das condições de saúde do planeta parecem demandar uma nova postura capaz de pensar, de forma historicamente contextualizada, temas tais como: desenvolvimento econômico e social, justiça, e a construção de um futuro capaz de atender às necessidades da geração atual sem comprometer àquelas das gerações futuras.

A aceitação, nos dias atuais, da existência de obrigações corporativas além daquelas voltadas aos interesses exclusivos dos acionistas está relacionada com os movimentos maciços da sociedade civil organizada, verificados na década de 60, ligados à defesa de interesses difusos tais como os direitos do consumidor, do movimento sindical, do meio ambiente, e da mulher, demandantes de uma postura diversa daquela dominante nas esferas dos poderes público e privado.

Verifica-se que, ao menos em parte, custos sociais e ambientais de toda espécie podem ser atribuídos à atividade econômica, sendo necessária, portanto, uma atuação integrada das corporações e dos demais constituintes da sociedade na restauração dos danos ocorridos e, sobretudo, na prevenção dos potenciais danos futuros. Tal atuação deve ser pautada por uma responsabilidade moral, a qual não se confunde com a responsabilidade legal, que na visão de Thiry-Cherques (2003) é sempre posterior ao dano, não tendo caráter preventivo, sendo, portanto, insuficiente ao endereçamento dos custos acima mencionados.

O conflito entre os sistemas econômico e natural, por exemplo, traz conseqüências de ordem diversa. Nas palavras de Lester Brown, presidente do *World Watch Institute*, organismo do terceiro setor responsável pela publicação anual do relatório O Estado do Mundo.

Pode-se comprovar que a economia está em conflito com os sistemas naturais da Terra nas notícias diárias de colapso de pesqueiros, encolhimento de florestas, erosão de solos, deterioração de pradarias, expansão de desertos, aumento constante dos níveis de dióxido de carbono (CO₂), queda de lençóis freáticos, aumento da temperatura, tempestades mais destrutivas, derretimento de geleiras, elevação do nível do mar, morte de recifes de coral e desaparecimento de espécies (Brown 2003, ps.4-5).

No âmbito organizacional, a assimetria de poder manifestada pelo aumento incontido da presença corporativa em todas as esferas da vida em sociedade desperta tanto a presença quanto a necessidade da superação das contradições interna e externa; a primeira fundamentada na dissonância existente entre os interesses dos donos do capital e àqueles dos empregados, e a segunda decorrente dos problemas ambientais acarretados pela não observação dos princípios físicos e biológicos basais (Aktouf, 1996).

Assim sendo, torna-se imperativa a consideração, por parte das organizações, das demais partes interessadas, ou *stakeholders*, definidos como “quem pode afetar ou ser afetado pelo alcance dos objetivos organizacionais” (Freeman, 1984, *apud* Mitchell, Agle & Wood, 1997, p.856).

Em resposta à necessidade acima, a então nascente Teoria dos *Stakeholders* assume, a partir da década de 90, papel de destaque no debate acadêmico, enquanto uma das principais teorias éticas, no âmbito organizacional, contrapondo-se, sobretudo, àquela dos *Stockholders*, dirigida a uma única classe de partes interessadas entendida como legítima – os acionistas. Em contrapartida a Teoria dos *Stakeholders* defende a ampliação do foco corporativo às múltiplas partes interessadas, adotando, portanto, uma abordagem *multistakeholder*, possuindo duas vertentes principais: instrumental e normativa. Enquanto a primeira condiciona a ampliação do foco de atenção corporativa aos interesses dos acionistas, a segunda o faz incondicionalmente.

Com vistas a um melhor entendimento das diferenças entre as duas correntes, tornou-se imperioso aprofundar o estudo acerca da temática da

racionalidade. Para tanto, adotou-se, nesta pesquisa, a tipologia apresentada por Weber (Weber *apud* Townley, 2002) referente à tipificação da ação social.

No domínio corporativo, dois dos quatro aspectos propostos por Weber (afetivo, tradicional, substantivo – *value-rational*, e instrumental – *means-end rational*) são considerados como de fundamental importância: o instrumental e o substantivo. Enquanto este assume como base da ação racional o aspecto valorativo, aquele a fundamenta instrumentalmente (Townley, 2002), ou seja, sujeitando os meios à finalidade pretendida.

Na versão normativa da Teoria dos *Stakeholders* não se verifica a relação predominantemente instrumental mencionada, passando a vigorar um traço substantivo, variável conforme o fundamento teórico defendido pelos membros desta corrente. A responsabilidade para com os *stakeholders* não mais se reveste de um caráter condicional. O *slogan* “a ética paga” perde o sentido e as obrigações corporativas são desvinculadas, única e exclusivamente, da *performance* empresarial. A ética, tomada incondicionalmente, protagoniza as discussões, sendo propostos diversos fundamentos morais com o intuito de embasar o relacionamento entre as corporações e a sociedade.

A potencial associação da normatividade com a racionalidade de natureza substantiva, seja pelo respeito às diferenças, seja pela valorização do diálogo, e da instrumentalidade com a racionalidade homônima, é um fator fundamental na estruturação desta pesquisa, a qual busca, primordialmente, descrever a coexistência das diferentes racionalidades no discurso empresarial, no caso específico analisado.

A organização alvo da presente investigação foi uma empresa de investimentos (a Empresa ou a Investidora) do setor de *venture capital*, cujas três companhias investidas (as Investidas), estão voltadas à agricultura de baixo impacto. Cabe destacar que apesar do foco de análise ser a Empresa, as Investidas fizeram parte desta investigação por se constituírem no braço operacional da Investidora.

Pontua-se ainda o fato da Empresa dedicar-se a empreender investimentos socialmente responsáveis, propondo-se a atuar segundo valores substantivos e propósitos diferenciados, seja em suas ações diretas seja por intermédio de seus investimentos.

Com vistas a melhor suportar a presente pesquisa, foram buscadas na bibliografia características de ambas as racionalidades que propiciassem a construção de um padrão teórico que pudesse ser contraposto aos discursos das lideranças da Empresa e das Investidas, assim como àqueles da gerência média da Empresa.

Frente ao anteriormente exposto, é proposta a seguinte pergunta de pesquisa:

Como co-existem as racionalidades instrumental e substantiva nos discursos dos respondentes da Empresa e de suas Investidas?

1.2. Objetivos

Pretendeu-se, como objetivo final de pesquisa, descrever a co-existência das racionalidades instrumental e substantiva nos discursos dos respondentes da Empresa e das Investidas. Com vistas a suportar este objetivo principal, foram perseguidos diversos objetivos intermediários, em termos de estudos preliminares, visando:

- A associação entre os conceitos de racionalidade e organização moderna. Com vistas a fundamentar uma análise crítica da mesma, recorreu-se a elementos das Teorias Crítica e Pós-Moderna.
- A análise dos principais desafios sociais, ambientais e humanos associados à emergência da noção de organização moderna e, portanto, à razão instrumental.
- A elaboração de um padrão teórico que, em base à Teoria dos *Stakeholders*, possibilitasse associar os discursos dos membros da Empresa e das Investidas às diferentes vertentes da teoria, associadas, por sua vez, às diferentes racionalidades. Para tanto, buscou-se relacionar os posicionamentos de diversos autores das duas vertentes frente aos questionamentos enviados aos respondentes, os quais envolvem a adoção da abordagem *multistakeholder*.

1.3. Delimitações do Estudo

Preliminarmente, são avistados alguns fatores demarcatórios da abrangência deste estudo. Em primeiro lugar, destaca-se que o estudo da Teoria dos *Stakeholders* não se confunde com as temáticas da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e da Sustentabilidade Empresarial (SE), as quais não são alvo de análise da pesquisa proposta.

Embora sejam reconhecidos tanto o caráter relacional quanto a preocupação ética da RSC e da SE, aponta-se, como fator diferencial da Teoria dos *Stakeholders*, a sua ampla aceitação enquanto teoria ética, assim como o amplo debate acadêmico em torno da mesma. Não menos relevante é a diversidade de seus fundamentos éticos normativos, julgada fundamental ao propósito desta investigação.

Entende-se o caso em tela como um sistema delimitado no tempo e no espaço (Creswell, 1998), haja vista que o pesquisador vem interagindo com a Empresa e Investidas, enquanto executivo da primeira, desde o final do ano de 1999, quando esta foi criada. Os contatos nos dias atuais são esporádicos.

Quanto ao espaço de análise tem-se que este se encontrou restrito à Empresa e às Investidas, especificamente ao olhar de suas lideranças e da média gerência da Empresa, especificamente no que diz respeito à abordagem corporativa *multistakeholder* e à temática da racionalidade.

1.4. Relevância do Estudo

O presente estudo tem o dom de descortinar um debate fundamental no mundo acadêmico referente à racionalidade, acabando por ilustrar diferentes visões de mundo, as quais se apresentam como contraditórias e representativas de diferentes paradigmas.

A associação das diferentes visões acima com o conceito de organização moderna, acaba por trazer à baila a eventual relação entre instrumentalidade e a presente situação caótica vivida na sociedade moderna. De forma a embasar tal crítica recorreu-se às Teorias Crítica e Pós-Moderna, cujas contribuições para os estudos organizacionais são ainda recentes.

Assume-se aqui uma complementaridade entre as teorias acima, capaz de unir uma crítica objetiva às estruturas de dominação e racionalidade vigentes, com vistas a uma reconstrução social, proposta pela primeira, com uma abordagem mais local, de cunho subjetivo, e crítica quanto às estruturas de dominação, proposta pelo Pós-Modernismo.

No que se refere à Teoria dos *Stakeholders*, pode-se afirmar que o seu estudo encontra-se em estágio embrionário, sobretudo em se tratando do ambiente acadêmico nacional.

A potencial contribuição da teoria acima para o debate acerca da racionalidade mostrou-se diferenciada, haja vista que, além de possibilitar a contraposição das razões instrumental e substantiva, o faz realçando os diferentes fundamentos teóricos normativos presentes, propiciando o enriquecimento das possibilidades de pesquisa.

Desta forma, ao passo que se busca a co-existência das duas racionalidades dos discursos dos membros da Empresa e das Investidas, explora-se a crítica ao caos social, ambiental, e humano atual, para tal se recorrendo a uma teoria ética organizacional capaz de subsidiar um debate amplo entre as diferentes racionalidades, incluindo as visões críticas mencionadas.